



VII SINGEP

Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

GEST3O DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: A EXPERI4NCIA DO NIT – N3CLEO DE INOVA3O TECNOL3GICA DA UFABC

VITOR DA SILVA BITTENCOURT
UNINOVE – Universidade Nove de Julho

Uninove - Universidade Nove de Julho



GEST3O DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – A EXPERI3NCIA DO N3CLEO DE INOVA3O TECNOL3GICA (NIT) DA UFABC

Resumo

Este relato t3cnico apresenta os resultados das atividades de gest3o da propriedade intelectual desenvolvida na UFABC no per3odo de 2006 a 2016. O objetivo do estudo foi descrever a trajet3ria de cria3o do NIT – N3cleo de Inova3o Tecnol3gica na UFABC e as atividades de realizadas para a prote3o da propriedade intelectual desde a sua constitui3o formal na universidade. As informa3es utilizadas s3o provenientes das resolu3es internas do Conselho Universit3rio e da base p3blica de dados do INPI que indicam as tecnologias depositadas. Verificou-se que, no per3odo de 2006 a 2016, a universidade encaminhou 69 processos para o INPI, sendo 6 registros de marcas, 36 pedidos de patentes e 27 registros de programas de computador, representando 6,6 dep3sitos/ano. Concluiu-se que, ap3s a formaliza3o e a estrutura3o do NIT, houve significativa melhora na capacidade de est3mulo e na prote3o das tecnologias desenvolvidas na universidade, al3m da realiza3o de eventos e parcerias celebradas com empresas para fomentar a pesquisa cient3fica e tecnol3gica.

Palavras-chave: propriedade intelectual, marcas, patentes, n3cleo de inova3o

Abstract

This technical report presents the results of the activities of management of intellectual property developed at UFABC from 2006 to 2016. The objective of the study was to describe the trajectory of creation of the NIT - Nucleus of Technological Innovation at UFABC and the activities carried out for the protection of intellectual property since its formal constitution at the university. The information used comes from the internal resolutions of the University Council and the INPI's public database that indicate the technologies deposited. It was verified that, in the period from 2006 to 2016, the university sent 69 INPI processes, of which 6 trademark registrations, 36 patent applications and 27 computer program registrations, representing 6.6 deposits / year. It was concluded that, after formalization and structuring of the NIT, there was a significant improvement in the stimulation capacity and in the protection of the technologies developed in the university, besides the accomplishment of events and partnerships celebrated with companies to foment scientific and technological research.

Keywords: intellectual property, trademarks, patents, core of innovation



1 Introdução

As universidades têm sido crescentemente demandadas a desempenhar um papel fundamental no SNI. Esse papel se torna ainda mais relevante em países como o Brasil, em que a maior parte da competência, dos recursos humanos e de infraestrutura dedicados à pesquisa científica e tecnológica está concentrada nas universidades e institutos de pesquisa. (de Toledo et al., 2013)

A Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004) serviu para fortalecer as atividades de inovação no país, estimulando o financiamento de projetos e a interação entre os setores público e privado, além de possibilitar novos mecanismos legais para que as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) realizem a transferência de suas tecnologias. Por força dessa lei, modificada pelo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), as ICT's precisam instituir um órgão para gerir as políticas de inovação e propriedade intelectual, denominado Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), sem o qual, podem ter dificuldades para cumprirem com os seus objetivos legais.

Conforme definido em na lei, a ICT é um órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. A Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) é uma ICT, que acabou de completar 10 anos de atividades em setembro de 2016 e foi a instituição escolhida para este estudo.

Sua escolha deve-se pelo fato de ser uma universidade nova, criada pela Lei 11.245/2015, que tem por objetivo, ministrar educação superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na região do ABC paulista, bem como em outras localidades de interesse institucional. Mesmo tendo pouco tempo de atividades, a UFABC tem construído uma reputação de excelência acadêmica consolidada.

Em 2016, A UFABC obteve reconhecimento internacional no Times Higher Education (THE) atingindo a 18º posição na classificação geral, sendo a 9º no Brasil e a 5ª entre as Federais. No ranking da Nature Index, a universidade ocupou o 6º lugar entre as universidades brasileiras e o 3º lugar entre as Federais.

Diante das suas responsabilidades institucionais, estabelecidas pelo seu estatuto, regimento e pelas disposições da Lei da Inovação, foi aprovado pelo Conselho Universitário a resolução ConsUni nº46/2010, que decidiu criar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), vinculado inicialmente à Reitoria, com o objetivo de gerir a política de inovação da UFABC e realizar ações e iniciativas, no âmbito da Universidade, para o desenvolvimento da inovação, apoio aos pesquisadores em relação à proteção da propriedade intelectual oriundas das pesquisas desenvolvidas na UFABC e sua transferência.

Este artigo analisou a dinâmica para a institucionalização e o funcionamento do NIT, buscando a resposta para a seguinte questão: Como o núcleo de inovação tecnológica da UFABC contribuiu para a promoção e a gestão da propriedade intelectual na universidade? Esta questão foi proposta tendo em vista que muitas ICTs têm dificuldades para gerirem sua política de Propriedade Intelectual (PI) e de Transferência de Tecnologia (TT), seja pela falta de qualificação e/ou pessoal especializado, pela rotatividade dos profissionais, pela falta de estrutura física e a ausência da formalização institucional do seu NIT.

O objetivo desse estudo consistiu em demonstrar como foi o processo de estruturação do NIT na UFABC, de modo que possa servir como rota para futuras iniciativas em outras ICT's, além de apresentar os resultados quantitativos da Propriedade Intelectual (PI) produzida pela universidade no período de 2006 a 2016.



As informações utilizadas para análise foram as resoluções internas, deliberações do Conselho Universitário (ConsUni), atas de reuniões, relatórios de gestão disponibilizados no sítio da IES, além dos dados secundários sobre os registros de propriedade intelectual, disponibilizados na base de dados do INPI, com os pedidos de proteções que foram encaminhados para aquele órgão.

2 Referencia Teórico

Nas últimas três décadas, universidades de todo o mundo têm se estruturado para atuar de forma mais abrangente nos sistemas nacionais de inovação (SNI), ao passo que as brasileiras só passaram a lidar mais intensamente com este desafio nos últimos dez anos. (Toledo & Bonacelli, 2015).

Com a aprovação e a regulamentação da Lei da Inovação em 2004, as ICTs foram obrigadas a constituírem o seu NIT, e a falta de conhecimento para a estruturação de um núcleo de inovação tecnológica fez surgir em agosto de 2007 o 1º curso de Estruturação de Núcleos de Inovação Tecnológica no Brasil, oferecido pelo Fórum de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) e pela Agência de Inovação da Unicamp para capacitarem os profissionais que iriam atuar nestas atividades.

Em 2009, a Agência de Inovação Inova Unicamp, por meio do projeto InovaNIT e com o apoio do FORTEC, produziu uma obra de referência sob o tema “Estruturação e Gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT)”, uma referência nacional para o desenvolvimento dessa atividade. (Santos, 2009)

De acordo com esta obra, muitas universidades possuíam estruturas similares com diversas denominações, como agência de inovação, escritório de transferência de tecnologia, núcleos de propriedade intelectual entre outras. Motivados pela realização da interface entre universidades e empresas, enfrentando desafios cunhos, foi constituído em maio de 2006 o Fórum de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC.

Em função da Lei de Inovação o MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem destinado recursos para a criação e o fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) nas instituições científicas e tecnológicas (ICTs), esforço esse que dá continuidade à estratégia de fortalecimento das ações de proteção da propriedade intelectual. (de Oliveira Martins, 2012).

A cultura de propriedade intelectual e inovação nas universidades brasileiras e em boa parte das empresas locais ainda é incipiente, havendo grande desconhecimento sobre a relevância de registrar e proteger suas ideias e projetos. (de Toledo et al., 2013)

A falta de modelos de gestão de inovação tecnológica e pessoal qualificado para os NIT são alguns dos principais problemas apontados pelos gestores de inovação tecnológica. (Garnica, Torkomian, & others, 2009)

De acordo com o estudo de (Toledo & Bonacelli, 2015) a ausência de um plano de carreiras específico para a inovação nas universidades são grandes entraves à evolução dessas instituições.

3 Metodologia

A pesquisa realizada tem delineamento exploratório, desenvolvida por meio do levantamento de campo, utilizando-se de dados secundários que foram obtidos em consultas internas nos documentos da universidade e na sua página oficial disponibilizada na internet, além das atividades técnicas e administrativas desenvolvidas pelo autor, que atuou na universidade e participou de todo o processo de concepção e formalização do NIT, iniciado em 2010 pelo Prof. Dr. Jorge Tomioka. A pesquisa se propôs a verificar qual foi a



contribuição do NIT para a gestão da propriedade intelectual na UFABC, e para isso, foi realizado um levantamento sobre todo o processo constitutivo, bem como, as resoluções internas produzidas pelo Conselho Universitário da UFABC (ConsUni), que foram deliberadas para a institucionalização e o funcionamento do NIT e os dados das proteções das criações feitas na universidade até 2016, disponibilizadas na base de dados do INPI.

A tabela 1 apresenta os principais marcos regulatórios resultaram na criação do NIT, que em 2013 passou a ser denominado Agência de Inovação – InovaUFABC.

Tabela 1 – Marco regulatório para a constituição do NIT na UFABC

Marco Legal	Descrição
("Lei nº 10.973", 2004)	Dispõe sobre os incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica e sua regulamentação;
("Lei nº 11.145", 2005)	Cria a UFABC. Institui a Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC e dá outras providências
("Decreto nº 5563", 2005)	Regulamenta a Lei n. 10.973 que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.
("LEI nº 13.110", 2015)	Altera a Lei no 11.145, de 26 de julho de 2005, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC, e dá outras providências
("LEI nº 13.243", 2016)	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação (novo marco de CT&I)
Resolução ConsUni nº 46 / 2010	Aprova a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFABC.
Resolução ConsUni nº 53 / 2010	Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFABC.
Resolução ConsUni nº 97 / 2012	Altera dispostos na Resolução ConsUni nº 46 que aprova a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica
Resolução ConsUni nº 116 / 2013	Aprova a reestruturação e alteração do nome do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) para Agência de Inovação da UFABC; revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 46 e Resolução ConsUni nº 53
Resolução ConsUni nº 131 / 2013	Aprova a Política de Propriedade Intelectual Transferência
Resolução ConsUni nº 167 / 2016	Dispõe sobre a Agência de Inovação da UFABC, sua vinculação e estrutura e revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 116.

Fonte: elaborado pelo autor

A UFABC regulamentou suas atividades de PI por meio das resoluções do ConsUni, que delegou as competências e diretrizes para a atuação da Agência de Inovação – InovaUFABC. Para o seu pleno funcionamento, foram estruturadas seis divisões: Transferência de Tecnologia (DTT); Empreendedorismo Tecnológico (DET); Propriedade



Intelectual (DPI); Incubadoras e Parques Tecnológicos (DIP); Educação e Formação Continuada (DEF); Inteligência Estratégica (DIE). Todas as atividades são coordenadas apenas por docentes da própria universidade.

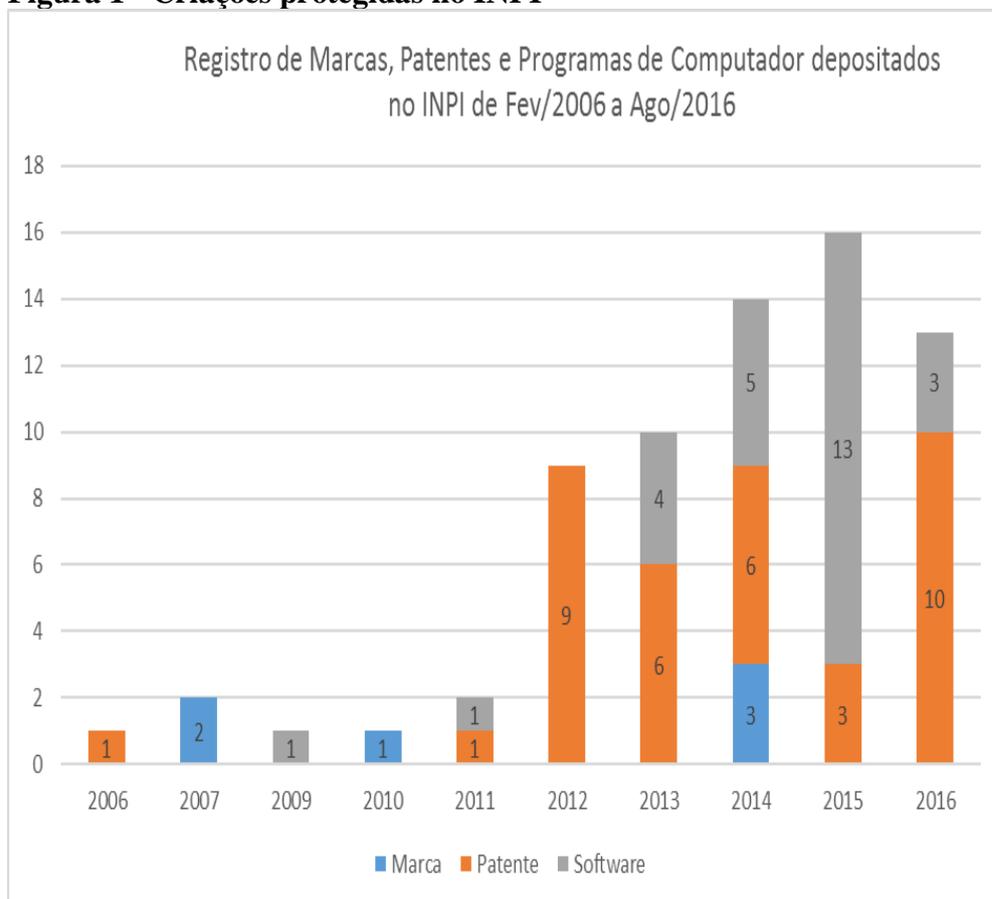
Em outubro de 2016, a equipe da InovaUFABC mantinha uma estrutura de pessoal composta pelo Diretor(a), Vice-Diretor, Secretária-Executiva, 5 Coordenadores de Divisão, 3 Administradores, 4 Assistentes de Administração, 1 Bibliotecário, 1 Programador Visual e 2 estagiários, totalizando 19 colaboradores. Os gastos com pessoal foram de R\$ 137.479,00 (ref. outubro/2016) conforme os dados do portal da transparência do Governo Federal.

4 Resultados Obtidos e Análise

Para subsidiar os resultados desta pesquisa, será demonstrado quantitativamente a evolução dos pedidos de proteção das criações (marcas, patentes, programas de computador) junto ao INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, no período de 2006 a 2016.

Inicialmente, de 2006 a 2010, a universidade ainda não possuía uma estrutura própria com pessoal dedicado e especializado para realizar as suas atividades de PI, sendo estas conduzidas pela Procuradoria Federal e/ou por outras ICTs, tendo em vista que algumas das tecnologias protegidas foram desenvolvidas em co-titularidade com outras instituições como USP e a Unicamp.

Figura 1 - Criações protegidas no INPI



Fonte: elaboração pelo autor conforme a consulta na base de dados do INPI.

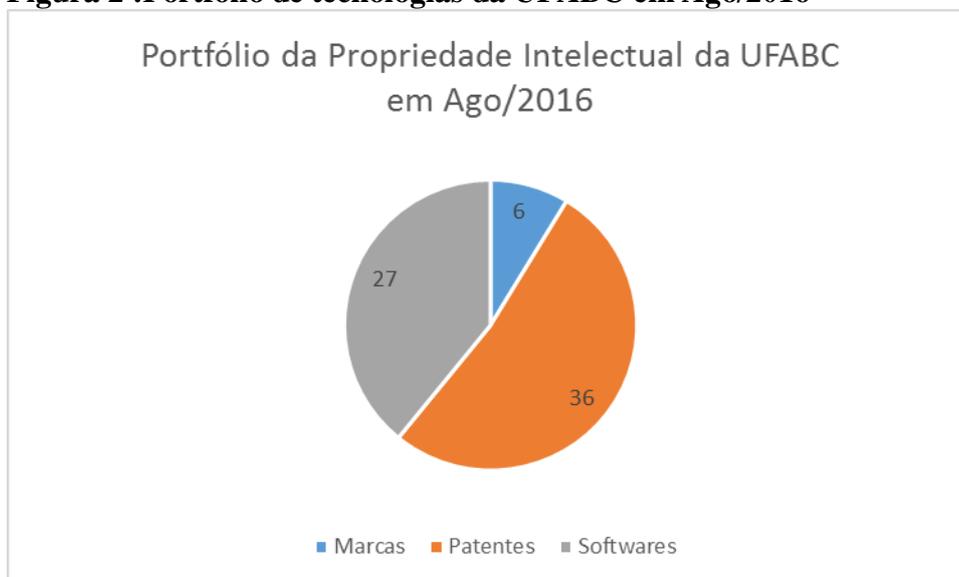


A institucionalização do NIT na UFABC ajudou a construir uma nova cultura orientada para a proteção das criações desenvolvidas na universidade, mas esbarrou em alguns costumes e práticas, como a preferência dos docentes pelas publicações em revistas científicas, perdendo a novidade da invenção e impedindo que seja feito o pedido de patente dessas descobertas. Esta é uma prática consolidada no meio acadêmico, mas que precisou de muito trabalho para ser modificada.

Por outro lado, surgiram inúmeros pedidos de patentes que precisaram ser avaliados por uma equipe de avaliadores *Ad Hoc*, para verificar a sua pertinência, viabilidade comercial, industrial e mercadológica, para não onerar a universidade com custos de busca, redação e acompanhamento de processos que não têm expectativas de transferência ou licenciamento futuro.

Com isso, o NIT tornou mais criteriosa a seleção de tecnologias para proteção, e ainda assim, houve um número significativo de depósitos realizados nos últimos 5 anos. Atualmente, a UFABC possui um portfólio com 69 proteções, sendo 6 pedidos de marcas, 36 pedidos de patentes e 27 registros de softwares conforme a figura 2.

Figura 2 :Portfólio de tecnologias da UFABC em Ago/2016



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do INPI.

O atual desafio para o NIT da UFABC é realizar a transferência de alguma das tecnologias que já estão protegidas no INPI e disponíveis em seu portfólio, mas para isso, ainda depende de regulamentações internas para concretizar essas ações. Estruturalmente, já existem profissionais capacitados e engajados na aproximação do setor acadêmico com o setor produtivo, porém, alguns mecanismos de operação como contratos e regulamentos ainda precisam ser ajustados para a execução dessas atividades. Assim que o primeiro licenciamento for realizado, fechará o ciclo no qual o NIT tem a sua razão de ser: estimular a criação, proteção, licenciamento e a transferência das tecnologias, gerando valor para a sociedade e retroalimentando todos o sistema de ciência, tecnologia e inovação.

5 Considerações Finais

O propósito deste artigo foi demonstrar o processo de formalização e estruturação do NIT e as suas consequências na gestão da propriedade intelectual em uma ICT. Com base nos



levantamentos efetuados, pode-se comprovar que, após as medidas políticas e administrativas implementadas pela UFABC, abriu-se um caminho favorável para os pesquisadores submeterem os seus pedidos de proteção para o setor competente, e com isso, novos produtos passaram a incorporar o portfólio de tecnologias da IES, aumentando as oportunidades de transferência dessas tecnologias para a iniciativa privada, possibilitando a geração de retorno financeiro para a IES e aos pesquisadores por meio dos *royalties*, além de oferecerem soluções tecnológicas que atendam aos desafios e as oportunidades do mercado, melhorando a competitividade e o desenvolvimento econômico da região.

O resultado deste estudo demonstra que a implementação do NIT na UFABC contribuiu para a evolução acelerada do número de pedidos de patentes e registros de programas de computador no INPI, e que, trata-se de um setor/área estratégica nas ICTs que precisa ter o apoio institucional e das instâncias superiores para regulamentar as suas atribuições, além de uma equipe estável formada por profissionais qualificados e especializados, que acumulem experiência na área para dar continuidade nos processos, mesmo ocorrendo mudanças na equipe gestora (comum no setor público), e que possam assegurar o cumprimento das políticas e diretrizes institucionais.

6 Referências

Biancolino, C. A., Kniess, C. T., Maccari, E. A., & Rabechini Jr., R. (2012). Protocolo para Elaboração de Relatos de Produção Técnica. *Revista Gestão e Projetos*, 3(2), 294-307.

de Oliveira Martins, R. (2012). Os núcleos de inovação tecnológica como estratégia das políticas de inovação do MCT (2004-2010). *Latin American Journal of Business Management*, 3(2). Recuperado de <http://www.lajbm.net/index.php/journal/article/viewArticle/95>

de Toledo, P. T. M., Hourcade, V., Magalhaes, A., Lotufo, R. A., Salles Filho, S. L. M., & Bonacelli, M. B. (2013). Difusão de Boas Práticas de Proteção e Transferência de Tecnologias no Brasil: a contribuição do Projeto InovaNIT. *Biblioteca Digital de la Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica*, 1(1).

Decreto nº 5563. (2005, outubro 11). Recuperado 24 de outubro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5563.htm

Garnica, L. A., Torkomian, A. L. V., & others. (2009). Gestão de tecnologia em universidades: uma análise do patenteamento e dos fatores de dificuldade e de apoio à transferência de tecnologia no Estado de São Paulo. *Gestão & Produção*, 16(4), 624-638.

Lei nº 10.973. (2004, dezembro 2). Recuperado 24 de outubro de 2016, de https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm

Lei nº 11.145. (2005, julho 26). Recuperado 24 de outubro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11145.htm

Lei nº 13.110. (2015, março 25). Recuperado 24 de outubro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13110.htm



VII SINGEP

Simposio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

Lei nº 13.243. (2016, janeiro 11). Recuperado 24 de outubro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm

Santos, M. E. R. dos. (2009). Boas práticas de gestão em Núcleos de Inovação Tecnológica. *Transferência de Tecnologia: estratégias para estruturação e gestão dos Núcleos de Inovação Tecnológica*. Campinas: Komedi, 75–108.

Toledo, P. T. M. de, & Bonacelli, M. B. M. (2015, agosto 28). A gestão da inovação em universidades: evolução, modelos e propostas para instituições brasileiras [Tese de Doutorado]. Recuperado 7 de novembro de 2016, de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000957040>